



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ao Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. (Processo CNJ-ADM-2015/00936).**

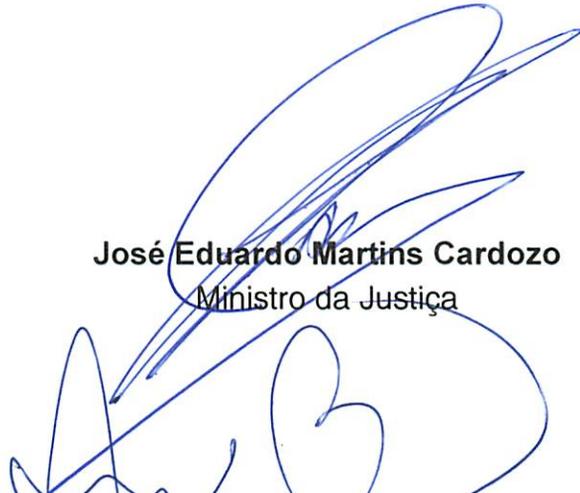
O **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 1565, 13º andar, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90110-906, CNPJ 89.522.064/0001-66, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador José Aquino Flôres de Camargo**, RG 6020419633 SJS/RS e CPF 293.535.130-49, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, o **Ministério da Justiça** e o **Instituto de Defesa do Direito de Defesa**, para a efetiva implantação do “Projeto Audiência de Custódia”, de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento de Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

O **CNJ** providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza efeitos jurídicos e legais.

PORTO ALEGRE , 30 de JULHO de 2015 .

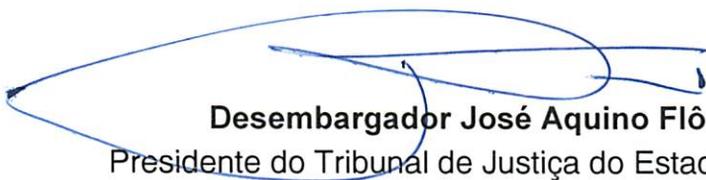
**Ministro Ricardo Lewandowski**  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



**José Eduardo Martins Cardozo**  
Ministro da Justiça



**Augusto de Arruda Botelho Neto**  
Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa



**Desembargador José Aquino Flôres de Camargo**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul